



GT 16. Antropologia, Saúde Pública e fabulações cosmopolíticas: etnografia e possibilidades simbiopoéticas de cuidar/fazer o mundo.

Coordenador(es):

José Miguel Nieto Olivar (USP - Universidade de São Paulo)

Maria Paula Prates (UFCSPA - Fundação Universidade Federal de Ciências da Saúde de Porto Alegre)

Colocamos em discussão três sistemas de produção de conhecimentos: a antropologia, a saúde pública e as cosmopolíticas. Trata-se de sistemas não equivalentes com relações não simétricas. Assumimos como ponto de vista a antropologia, principalmente de base etnográfica. Olhamos para a saúde pública como um campo fundamental de ação política e de gestão de novas e antigas formas de governo. Entendemos o marco cosmopolítico como um conjunto analítico e proposicional contemporâneo de extrema relevância para pensar “o mundo” nos seus limites e multiplicidades, em relação com formas possíveis de produção de conhecimento. Nos perguntamos: O que a antropologia brasileira contemporânea, objeto múltiplo e em franca transformação, tem a dizer sobre as relações possíveis entre antropologia e saúde pública no marco do conjunto de transformações e desastres que tem sido compreendidas como “fim do mundo”, Antropoceno, entre outros? Como a saúde pública pode se ver afetada no atravessamento de perspectivas antropológicas e etnográficas no marco do Fim do Mundo? Quais as possibilidades de uma antropologia da saúde, com sua tradição de corpos, curas, perturbações, saberes e emoções, no marco das propostas em curso sobre intervenções cosmopolíticas e intrusões de Gaia? Como alimentar etnograficamente os processos de cuidado, resistência, intervenção, intromissão e (re)feitura d/nos fins do(s) mundo(s), enquanto abre-se a possibilidade de reinvenção da antropologia?

O nascer na hora da morte: o parto Mehinako hospitalar e seus aspectos cosmopolíticos

Autoria: Aline de Paula Regitano (USP - Universidade de São Paulo)

Esta comunicação tem por objetivo analisar os aspectos cosmopolíticos do nascimento em um cenário de morte iminente (era das catástrofes), a partir do caso Mehinako (Alto-Xingu/MT). Pensar o nascer pode soar paradoxal, haja vista que as previsões dos eventos vividos pelas novas gerações são marcados por políticas de morte, sobretudo no que diz respeito aos povos indígenas. O nascimento é senão um acontecimento marcante, que para o povo Mehinako diz respeito tanto a vida quanto a morte, e que necessita de especial atenção, sobretudo nas novas formas que assume. Na última década, as mulheres deste grupo passaram a escolher parir nos hospitais ao redor da Terra Indígena, ao invés de suas casas na aldeia, justificado dentre outras coisas pelo medo que sentem do nascimento domiciliar desencorajado pelos profissionais de saúde que atendem em área. Essa relativamente nova configuração de parto traz novas questões para esta arena em disputas, onde as ações (possibilidades de vivenciar o fenômeno) são todas negociadas. Como decidir sobre como se cuida e quem cuida de gestantes, parturientes, puérperas e seus bebês quando os entendimentos sobre o que seja cuidado são múltiplos e divergentes? A zona de interferência de entendimentos e práticas do hospital anuncia a impossibilidade de partir de uma noção única de mundo, de saúde, de cuidado, a medida em que ocorre um atravessamento de mundos em um mesmo espaço compartilhado. Em diálogo com a cosmopolítica de Isabelle Stengers e o pluriverso de Marisol De La Cadena e Mario Blaser, este work se volta para o parto indígena hospitalar e acontecimentos a ele relacionados, interessado em compreender o que se passa nos interstícios, onde se encontram perspectivas divergentes; investigar como as relações se estabelecem; além de verificar possíveis respostas? e modos de resistir? aos



novos problemas que se apresentam.

[Trabalho completo](#)



Sobre a 32 RBA

Em 2020, a Reunião Brasileira de Antropologia vai ocorrer de modo remoto entre os dias 30 de outubro e 06 de novembro. O evento é realização da Associação Brasileira de Antropologia e da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ), palco de muitas histórias de luta pela afirmação do caráter público e socialmente comprometido do conhecimento que produzimos. Estarão em discussão, na 32ª RBA, não apenas os diversos temas que constituem o verdadeiro tesouro investigativo que a antropologia brasileira forjou ao longo de várias décadas, mas também as graves questões colocadas pelo inquietante contexto social e político atual. Nele, vislumbram-se inúmeros desafios a direitos consagrados pela Constituição Brasileira e a valores éticos centrais à atuação das e dos antropólogos, especialmente o respeito às diferenças sociais, culturais e políticas, baseadas em etnia, raça, religião, classe, gênero, sexualidade, origem regional, nacionalidade, capacidades corporais etc. Hoje, mais que em qualquer outro momento histórico, os saberes antropológicos são veementemente instados a aprofundar a análise dos muitos problemas nacionais, entre os quais, a crescente desigualdade social, a real vulnerabilidade de grupos e populações e os elevados índices de violência no campo e nas cidades. Que a 32ª RBA possa trazer contribuição relevante ao país e à comunidade antropológica brasileira, em seu contínuo e árduo trabalho de refinar saberes insubmissos a todas as forças e poderes que ameaçam a diversidade humana e naturalizem as desigualdades sociais.

Realização:



Apoio:



Organização: